



O SEMIÁRIDO NORDESTINO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA: a Agricultura Familiar e o avanço do capitalismo agrário na Chapada do Apodi

Ariane Kalinne Lopes de Souza

Projeto Ser-tão de Assessoria Jurídica e Educação Popular
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
arianekalinne@hotmail.com

João Paulo do Vale de Medeiros

Projeto Ser-tão de Assessoria Jurídica e Educação Popular
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
jpvaledemedeiros@hotmail.com

Tayse Ribeiro de Castro Palitot

Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais-IPDMS
Projeto Ser-tão de Assessoria Jurídica e Educação Popular
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
taysepalitot@hotmail.com

Introdução

A Chapada do Apodi, localizada entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, tem sido nas últimas décadas, graças à fertilidade dos solos e abundante mão de obra, um dos principais destinos para a expansão das fronteiras agrícolas no nordeste. Os perímetros irrigados, áreas delimitadas pelo Estado para a implantação de projetos públicos de fruticultura irrigada que, em geral, possuem significativo potencial agricultável, caracterizado por solos férteis, presença hídrica, clima favorável e abundante força de trabalho (PONTES et al., 2012, p. 3214) são a mola estratégica desse processo.

Entre os anos 70 e 80 os perímetros mantinham-se sob uma perspectiva assistencialista e beneficiavam, pelo menos em parte, os pequenos agricultores. Após a consolidação dos moldes neoliberais na política agrária brasileira em meados dos anos 90, os projetos de irrigação na região nordeste deram uma guinada em seu sistema de direção, passando a ter a sua execução por empresas privadas, respondendo às exigências do capital em detrimento das populações tradicionais que têm suas terras expropriadas. (FREITAS, 2010, p. 52)

Cerca de 80% dos perímetros irrigados no Nordeste foram construídos entre as décadas de 60 e 80, somente um perímetro irrigado, o de Tabuleiro de Russas, no Ceará,



que abarca as cidades de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, foi implantado na década de 90. (PONTES A.G.V. et al., 2013, p. 3215)

As grandes empresas beneficiadas por este tipo de projeto público utilizam de grandes contingentes de agrotóxicos e pagam baixos custos pela mão de obra local, em sua maioria trabalhadores desterritorializados quando da implantação do perímetro irrigado ou que perderam seus lotes irrigados por não se adaptarem à lógica de produção.

O objetivo desse trabalho é discutir e mensurar as possíveis transformações socioambientais provocadas pela implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte, usando como comparativo os empreendimentos semelhantes já instalados no lado cearense da chapada, a biografia acumulada sobre o assunto e dados coletados a partir da experiência da assessoria jurídica popular na região afetada.

Resultados e Discussão

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2012 foi assinada a ordem de serviço (OS) do “Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi” que, capitaneado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, poderá ser instalado na região da Chapada do Apodi, entre os municípios de Apodi e Felipe Guerra, ambos no estado do Rio Grande do Norte. O referido projeto desapropriou cerca de 13.855 ha (treze mil oitocentos e cinquenta e cinco) hectares para a implementação de um programa de fruticultura irrigada.

Na localidade, compreendendo a área a ser desapropriada e a de influência indireta, hoje habitam cerca de 800 famílias divididas em cerca de 30 comunidades rurais. Tais grupos populacionais possuem aspectos culturais, históricos e socioeconômicos próprios, sendo referência nacional em produção agroecológica e familiar e que, devido ao modo como o projeto está sendo executado, bem como comparando-se aos perímetros já instalados, estão na iminência de uma série de violações aos seus Direitos Humanos, culturais, históricos e patrimoniais.

A região apresenta, também, características de relevo, fauna e flora peculiares, possuindo uma ampla lista de espécies endêmicas, bem como formações arqueológicas



de grande importância para o patrimônio e histórico e cultural brasileiro que, da mesma forma, encontram-se em risco latente de degradação.

De acordo com Rigotto (2009, p. 2049-2059), uma vez instalados esses grandes processos de produção, como os perímetros irrigados, ocorrem amplas transformações que repercutem de maneira negativa na vida dos grupos atingidos. A desorganização do modo de vida de comunidades tradicionais; o comprometimento do acesso a recursos naturais, como a terra e a água; a desagregação familiar e a atração de grandes contingentes de trabalhadores de outras localidades para o território, gerando novas demandas de saneamento, moradia, educação, lazer, transporte são exemplos do quão impactante é esse processo de câmbio paradigmático. Além de quê há graves danos à saúde dos trabalhadores devido à mudança na forma de trabalhar e viver e ao uso de agrotóxicos, trazendo problemas de saúde tanto para os trabalhadores como para as comunidades do entorno e a sociedade em geral que consome o alimento com veneno (RIGOTTO et al., 2010, p. 148-175).

Ocorre que grande parte desses ex-camponeses que se inserem na lógica dos perímetros são submetidos a uma segunda desterritorialização em razão dos altos custos de operacionalização das tecnologias e da incompatibilidade da cultura camponesa com o novo modo de vida baseado na produção para o capital. Podemos usar como comparativo o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, do lado cearense da Chapada onde já há uma ampla incidência de perímetros e nos tem servido de espelho para análise. Segundo Freitas, dos 316 irrigantes selecionados em 1992, 225 foram expropriados até o ano de 2009, representando um índice de 81% de expropriação (FREITAS, 2010, p. 103).

Na região de Limoeiro do Norte, afetada pelos perímetros, o índice de contaminação da água e dos alimentos pelos agrotóxicos utilizados na hidroagricultura é bastante elevado, especialmente em razão da pulverização aérea, adotada nos cultivos, utilizando fungicidas de classe toxicológica 1 e 2 (extremamente tóxico e altamente tóxicos) e classe ambiental 2 (muito perigoso) (ABRASCO, 2012).

A prefeitura de Limoeiro do Norte conseguiu recurso da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), de 11.020.845,00 (onze milhões, vinte mil, oitocentos e quarenta e cinco reais) para construção de uma adutora e abastecer as comunidades circunvizinhas do perímetro, já que a água daquela região que abastece as famílias e ainda, a pequena



agricultura remanescente, está totalmente inadequada para a manutenção da saúde pública. (DOSSIÊ, 2014)

Diante de tais circunstâncias fortaleceu-se a articulação dos pequenos agricultores em oposição a tal projeto. Dois grandes atos, reunindo cada um cerca de duas mil pessoas; duas mil cartas escritas a mão pelas agricultoras e destinadas à presidência da república denunciando o projeto; a propositura de uma ação civil pública – resultado da pressão dos movimentos sociais - pela Procuradoria Geral da República pedindo a paralisação imediata do projeto; dezenas de seminários, debates, conferências; um acampamento, liderado pelo MST, em repúdio à obra, contando com cerca de 600 famílias e o bloqueio em várias ocasiões das BRs 101, 304 e 405. A resistência dos camponeses recebeu apoios de organizações de trabalhadores e grupos de direitos humanos, a exemplo de uma nota de solidariedade que contou com a adesão de mais de cem entidades nacionais e internacionais. Um documentário, “Chapada do Apodi – morte e vida”, foi lançado em apoio à luta e a Marcha Mundial de Mulheres organizou uma jornada de solidariedade intercontinental com o lema “somos todas Apodi”. Os bispos das dioceses do Rio Grande do Norte visitaram a área, prestando solidariedade às famílias e emitiram nota pública apoiando suas reivindicações.

Considerações Finais

Tal realidade é bastante preocupante em um território que há décadas se destaca na produção de mel e de poupas de frutas orgânicas, dentro da expressiva experiência de transição agroecológica da Chapada do Apodi. Assim, fica clara a incompatibilidade entre a matriz produtiva existente, baseada no não uso de defensivos agrícolas, com o modelo de produção de commodities em larga escala por meio da utilização de grande quantidade de venenos. Outrossim, a resistência protagonizada pelos agricultores da Chapada do Apodi/RN assenta mais uma pedra de um processo contínuo e diferenciado de vivência, marcado pela resistência e recriação de suas realidades em busca da emancipação enquanto possibilidade histórica



Referências

BRASIL. Decreto nº0-001, de 10 de junho de 2011. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a área de terra mencionada, localizada no Município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte.

BRASIL. DNOCS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referente à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Acquatool Consultoria, 2009.

DOSSIÊ-DENÚNCIA. Projeto da Morte: Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi. Mossoró, 2012.

FREITAS, BMC. Marcas da modernização da agricultura do perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará (Dissertação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

RIGOTTO, R. M.; MARINHO, A. M. C. P.; ELLERY, A. E. L.; SAMPAIO, J. L. F.; TUPINAMBA, S. V. Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RIGOTTO, R. M. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 14, n. 6, Rio de Janeiro, 2009.

PONTES, A. G. V; GADELHA, D; FREITAS, B.M.C; RIGOTTO, R. M; FERREIRA, M.J.M. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao meio ambiente. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 18, n. 11, Rio de Janeiro, 2009.